



教育暨青年局

Direcção dos Serviços de Educação e Juventude

Nível de Ensino
Secundário Complementar

Orientações Curriculares
de
Língua Portuguesa
(como segunda língua)

2017

Índice

Introdução	1
Cap.1 Posicionamento e direcção do desenvolvimento dos currículos	4
1.1 Tendências de desenvolvimento do currículo da disciplina para este tipo de público-alvo	4
1.2 Posicionamento dos currículos da disciplina no nível de ensino desenvolvido	5
Cap.2 Interpretação das exigências das competências académicas básicas	7
2.1 O que se entende por “Exigências das Competências Académicas Básicas”	7
2.2 Estrutura e concepção das exigências das competências académicas básicas em língua portuguesa como segunda língua	8
2.3 Interpretação dos objectivos das exigências das competências académicas básicas da disciplina	12
2.4 Explicação das exigências das competências académicas básicas no âmbito da disciplina	13
Cap.3 Definição das exigências das competências académicas da escola e sugestões sobre os conteúdos curriculares	24
Cap.4 Implementação do currículo	30
4.1 Teoria básica sobre a implementação do currículo	30
4.2 Ensino e aprendizagem da disciplina	31
4.3 Desenvolvimento, construção e utilização dos recursos curriculares da escola	33
4.4 Direcção dos currículos da escola	34
4.5 Desenvolvimento profissional dos professores	36
4.6 Exemplos da escola	37
Cap.5 Avaliação curricular	40
5.1 Objectivos da avaliação	40
5.2 Princípios básicos que devem ser seguidos na avaliação	41

5.3	Estratégias e metodologia da avaliação da disciplina	42
5.4	Exemplos da escola	45
Cap.6	Recursos Curriculares	46
6.1	Recursos educativos (em linha)	46
6.2	Dicionários ilustrados	48
6.3	Leitura extensiva	48
	Análise dos conceitos básicos (breve glossário)	50
	Referências Bibliográficas	51
	Constituição da equipa de estudo e elaboração do documento	54
	Anexos	56
	Anexo 1 - Documento de apoio à elaboração de uma progressão	57
	Anexo 2 - Produção escrita – Conteúdos Gramaticais	60

Introdução

A maior parte dos alunos que frequenta o Ensino Secundário Complementar de Macau tem como língua materna o cantonês e idades entre os 16 anos e os 18 anos. Dum modo geral, estes alunos só têm contacto com a língua portuguesa no domínio educativo, na sala de aula. A interacção é preferencialmente unidireccional, partindo do professor para o aluno. O português é usado na aula de forma diminuta, sendo utilizado juntamente com o cantonês e com o inglês.

É fundamental que os objectivos de aprendizagem correspondam às necessidades, estilos e interesses dos alunos, tendo em conta outros dados inerentes ao indivíduo como atitudes, motivação, conhecimento linguístico e cultural das línguas.

O novo aprendiz de línguas, como actor social, deve ser reflexivo, consciente e autónomo. É a autonomia que lhe permite saber otimizar tempo, saberes e também a capacidade de auto-aprendizagem e de auto-avaliação, capacidades necessárias à continuação dos seus estudos e/ou ao ingresso no mundo do trabalho.

▪ Finalidades das orientações curriculares

A principal finalidade das orientações curriculares é apoiar os professores do ensino secundário complementar, que leccionam português como segunda língua nas escolas oficiais da RAEM, referidas no artigo 36º da Lei n.º 9/2006 (*Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior*), e nas escolas particulares do regime escolar local referidas na alínea 1) do mesmo artigo. Assim, as finalidades aqui descritas orientam para:

- a construção dum currículo aberto, flexível, adequado aos alunos das escolas atrás referidas;
- a realização de tarefas dependentes dos currículos definidos;

- a avaliação por tarefas;
- um conhecimento claro das competências académicas básicas a atingir pelos alunos deste nível;
- uma maior consciencialização e valorização dos professores;
- a implementação da reforma curricular.

▪ **Destinatários**

Os principais destinatários das *Orientações Curriculares* são os professores, os coordenadores, os directores relacionados com este grau de ensino, autores de materiais educativos e de avaliação, conceptores de currículos, avaliadores, encarregados de educação, alunos, decisores públicos e educativos, empregadores.

▪ **Funções das Orientações Curriculares**

As orientações curriculares têm como principais funções:

- ❖ orientar, de forma clara, o desenvolvimento dos currículos, a planificação das exigências das competências académicas básicas;
- ❖ sugerir conteúdos pedagógicos, recursos educativos;
- ❖ contribuir para a implementação duma avaliação adequada;
- ❖ motivar os agentes educativos para a efectivação da reforma curricular.

▪ **Estrutura e conteúdos das orientações curriculares de língua portuguesa como segunda língua para o ensino secundário complementar**

Os conteúdos das orientações curriculares têm como suporte e enquadramento vários documentos orientadores, em especial a legislação da RAEM, designadamente Lei n.º 9/2006 (*Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior*), Regulamento Administrativo n.º 15/2014 (*Quadro da organização curricular da educação regular*

do regime escolar local), Regulamento Administrativo n.º 10/2015 (*Exigências das competências académicas básicas da educação regular do regime escolar local*), Despacho do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura n.º 19/2016 (*Aprova os conteúdos específicos das exigências das competências académicas básicas do ensino primário*), Despacho do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura n.º 56/2017 (*Define os conteúdos específicos das exigências das competências académicas básicas do ensino secundário geral*), Despacho do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura n.º 55/2017 (*Define os conteúdos específicos das exigências das competências académicas básicas do ensino secundário complementar*) e, ainda, o *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QEQR)*.

É expectável que, no final deste nível de ensino, todos os alunos tenham adquirido as competências académicas básicas legalmente definidas para a disciplina de língua portuguesa como segunda língua para o ensino secundário complementar e que correspondem ao nível B1 (nível limiar) do *Quadro Europeu Comum de Referência*.

Assim, na prossecução dos objectivos definidos nos pontos anteriores, a estrutura das *Orientações Curriculares de Língua Portuguesa como Segunda Língua no Ensino Secundário Complementar* apresenta os seguintes pontos, a serem desenvolvidos sequencialmente:

1. Posicionamento e direcção do desenvolvimento dos currículos;
2. Interpretação das competências académicas básicas;
3. Definição das exigências das competências académicas da escola e sugestões sobre os conteúdos curriculares;
4. Implementação do currículo;
5. Avaliação curricular;
6. Recursos curriculares.

1. Posicionamento e direcção do desenvolvimento dos currículos

1.1 Tendências de desenvolvimento do currículo da disciplina para este tipo de público-alvo

A sociedade actual é constantemente surpreendida com mudanças vertiginosas a todos os níveis: económicos, políticos, sociais, científicos, tecnológicos, entre outros. Surgem permanentes desafios em todas as áreas da vida, desde o desenvolvimento da ciência (que avança com tal rapidez que é difícil acompanhar o ritmo das suas descobertas) ao avanço das tecnologias, com relevância para as tecnologias da comunicação e informação.

Por outro lado, os problemas ambientais que põem em causa a sustentabilidade do planeta, as crises migratórias fruto de guerras, a má distribuição dos recursos naturais, as fomes, os conflitos bélicos em muitas regiões do globo, colocam à educação problemas que têm de ser abordados globalmente e implicam alterações ao nível do currículo.

A evolução social e tecnológica aponta para a necessidade de se prepararem os alunos para a constante mudança, para o imprevisto, para a complexidade. Assim, o modelo curricular não se centra já nos conhecimentos mas sim nos alunos, “no desenvolvimento de competências mobilizadoras de conhecimentos, de capacidades e de atitudes adequadas aos exigentes desafios destes tempos...” (Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, 2017).

As tendências actuais do ensino das línguas centram-se nas necessidades dos alunos e no desenvolvimento de competências para o pluriculturalismo e para o plurilinguismo, isto é, para a proficiência em várias línguas, ainda que em diferentes níveis, o que permite uma maior e melhor comunicação, e um mais amplo conhecimento e compreensão do Outro.

O facto de o indivíduo aprender várias línguas não conduz a uma sobreposição ou justaposição de competências distintas, mas a uma competência complexa que

engloba o conjunto do repertório linguístico de que o utilizador dispõe e ao qual recorre quando necessário.

A centragem nas necessidades dos alunos e o desenvolvimento duma competência comunicativa intercultural e accional reorganizam o ensino-aprendizagem das línguas vivas (designadamente da língua portuguesa como segunda língua) no seguinte:

- a) no posicionamento do professor face aos alunos;
- b) na elaboração de tarefas centradas na comunicação;
- c) na elaboração de projectos focados em temas, problemas e situações da vida do aluno ou do seu meio sócio-cultural;
- d) no recurso a materiais diversificados;
- e) na dinâmica da língua em interacção;
- f) na descoberta da língua e da cultura através do uso da própria língua e no relacionamento com os outros;
- g) na avaliação formativa e na auto-avaliação.

1.2 Posicionamento do currículo da disciplina no nível de ensino secundário complementar

A orientação para o ensino-aprendizagem da língua portuguesa enquadra-se no objectivo geral da promoção do pluriculturalismo e do plurilinguismo, da diversidade linguística, sendo desejável que os alunos adquiram uma competência comunicativa e sociocultural diversificada e que o currículo tenha em conta o papel transversal e transferível entre línguas, bem como entre os vários ramos do saber.

O currículo da língua portuguesa deve ser pensado em interacção e articulação com o das restantes disciplinas e contribuir para desenvolver nos alunos a capacidade e o conhecimento que lhes permita aprender ao longo da vida, factor

decisivo do seu desenvolvimento pessoal e da sua realização enquanto actores sociais.

A proficiência em língua é um processo que envolve competências gerais, individuais e a própria personalidade do aluno, podendo as suas características também ser modificadas pela utilização e aprendizagem da língua. Neste âmbito, e seguindo a abordagem comunicativa e intercultural sugerida pelos trabalhos do Conselho da Europa, um dos vectores da educação será o desenvolvimento da personalidade do aluno no seu todo.

A faixa etária, em que geralmente se frequenta o ensino secundário complementar, dos 16 aos 18 anos, é caracterizada por uma série de transformações e afirmações de personalidade que devem ser tomadas em conta no desenvolvimento do currículo em língua portuguesa como segunda língua.

Este aluno tem de desenvolver competências para corroborar ou discordar sobre as diversas opiniões que ouve ou lê; para isso tem de ser exposto a diversas situações, a diversos textos orais e escritos cujo tema, embora complexo, seja adequado à sua idade.

Conhecer e aprender uma língua é perspectivar uma mudança no agir social do indivíduo, evidenciado por valores cívicos como a participação, o pluralismo e a abertura democrática.

A proficiência em várias línguas permite uma maior e melhor comunicação e, por conseguinte, uma melhor compreensão do mundo e uma maior capacidade de reflexão e resolução de problemas no futuro.

O currículo em Língua Portuguesa deve ser suficientemente flexível e diversificado para que todos os alunos adquiram as competências académicas básicas no final do nível de ensino e possam, com sucesso, seguir os seus estudos ou entrar no mercado de trabalho.

2. Interpretação das exigências das competências académicas básicas

2.1 O que se entende por “Exigências das Competências Académicas Básicas”

O Artigo 3.º do Regulamento Administrativo n.º 10/2015 da RAEM define as Exigências das Competências Académicas Básicas como *“as competências essenciais definidas pelo governo e exigidas aos alunos após terminarem a aprendizagem de cada nível de ensino, incluindo conhecimentos, habilidades, capacidades, emoções, atitudes e valores fundamentais”*.

Ainda, segundo o referido documento, *“as exigências das competências académicas básicas constituem critérios para a gestão e avaliação dos currículos, elaboração e selecção dos materiais didácticos, orientação e regulação do ensino, bem como para a avaliação da qualidade pedagógica das escolas”*.

Neste sentido, a implementação das Exigências das Competências Académicas Básicas focaliza-se na aquisição de conhecimentos e competências básicas, nucleares e fundamentais, que sejam favoráveis à futura aprendizagem e vivência dos alunos. Além disso, a organização do ensino de todos os níveis vai ser baseada nas competências básicas.

As competências também são os conhecimentos, capacidades e características a que as pessoas recorrem para se comunicarem através de recursos linguísticos.

No final do ensino secundário complementar, seja qual for o perfil de entrada do público aprendente, este deverá já ter desenvolvido:

- competências de comunicação que possibilitem compreender e produzir textos orais e escritos, de acordo com o seu nível etário;
- competências e estratégias de aprendizagem de língua portuguesa como segunda língua.

Todas as competências devem ser desenvolvidas num quadro de valorização da diversidade linguística e cultural.

2.2 Estrutura e concepção das exigências das competências académicas básicas em língua portuguesa como segunda língua

O Regulamento Administrativo n.º 15/2014 (*Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local*), no Artigo 7.º (*Directrizes para o desenvolvimento do currículo do ensino secundário complementar*), apresenta o que a seguir se transcreve:

1. *“O currículo do ensino secundário complementar visa promover o alcance, pelos alunos, dos objectivos definidos no n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 9/2006 (Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior).*

2. *(...), no desenvolvimento do currículo do ensino secundário complementar, o governo, a escola e os docentes devem, nomeadamente:*

1) *Ampliar a base de conhecimentos dos alunos, disponibilizando-lhes cursos diversificados e mais oportunidades de escolha, em articulação com as diferentes aspirações e interesses dos alunos;*

2) *Promover o desenvolvimento integral dos alunos e a sua capacidade de aprendizagem permanente;*

3) *Adequar o currículo às características etárias dos alunos e às regras do seu desenvolvimento físico e mental;*

4) *Atender às diferenças individuais dos alunos e às suas necessidades educativas;*

5) *Cultivar nos alunos valores e atitudes positivas e aumentar a sua capacidade de planeamento da vida, dando-lhes bases para o ingresso no ensino superior e na vida activa e para o seu desenvolvimento futuro;*

6) *Incentivar os alunos a participarem, activamente, nas práticas sociais, aumentando a sua consciência e capacidade cívicas;*

7) *Valorizar a articulação curricular entre o ensino secundário complementar e o ensino secundário geral.”*

As exigências das competências académicas básicas definidas pelo governo

estão concebidas para orientar toda a actividade educativa e devem implicar a adequação das práticas pedagógicas e didácticas, de forma a produzirem uma apropriação dos conhecimentos, capacidades e atitudes pelos alunos, permitindo-lhes atingir essas competências no final.

As exigências das competências académicas básicas para o ensino do português como segunda língua no ensino secundário complementar incluem, na sua estrutura, as seguintes partes integrantes:

▪ **Ideias essenciais**

As ideias essenciais subjacentes relevam, nomeadamente, do seguinte:

1) A sociedade actual, globalizante, heterogénea, de grande mobilidade, criou uma necessidade de comunicar com falantes de outras línguas e de outras culturas. Por isso, é fundamental desenvolver uma competência pluricultural e plurilingue quer por motivos sociais, económicos, educativos, afectivos ou outros;

2) A aprendizagem de línguas tem um valor acrescentado para a empregabilidade;

3) Conhecer e aprender mais línguas é perspectivar uma mudança no agir social do indivíduo, evidenciado por valores cívicos como a participação, o pluralismo e a abertura;

4) A aprendizagem duma língua envolve o desenvolvimento duma competência comunicativa que inclui outras competências como a linguística, a socio-linguística e a pragmática. Como processo complexo, relaciona-se também com os diferentes saberes do próprio indivíduo como o saber aprender com autonomia, responsabilidade, participação activa, podendo as características individuais não só influenciarem a execução de tarefas comunicativas, como também serem modificadas pela aprendizagem das línguas;

5) O processo de ensino e aprendizagem deve estar ligado às situações de comunicação e interesse dos alunos, mantendo no domínio educativo uma interacção

coerente e significativa com as restantes áreas disciplinares, bem como uma articulação com as aprendizagens anteriores;

6) O ensino dum língua só faz sentido se for significativo para o próprio aluno.

A centragem no aluno é essencial. A motivação e o interesse são a causa primeira do sucesso na aprendizagem. Devido a razões históricas, ao estatuto da Língua Portuguesa na RAEM, à existência de inúmeros traços lusófonos, uma abordagem *comunicativa intercultural* criará oportunidades para que os alunos possam aplicar os conhecimentos adquiridos e desenvolver as suas capacidades comunicativas com maior relevância.

▪ **Objectivos curriculares**

Considera-se que os objectivos curriculares das exigências das competências académicas básicas da disciplina são substancializados nos seguintes princípios essenciais:

1) A proficiência nas capacidades de compreensão, produção oral e escrita no nível limiar de comunicação;

2) A capacidade de compreender diversos tipos de texto, em suportes variados, sobre temas conhecidos;

3) O desenvolvimento no aluno de valores como o respeito pelos outros, o espírito de cooperação, a solidariedade e a cidadania;

4) O desenvolvimento de estratégias de comunicação, com base em tarefas, que visem criar oportunidades para que o aluno vivencie experiências significativas, diversificadas, integradoras e socializadoras, que resultem numa capacidade de comunicação intercultural adequada à especificidade do contexto;

5) A cooperação e interacção com os outros na sequência do desenvolvimento de projectos interculturais;

6) O desenvolvimento da curiosidade, do desejo de saber e a motivação pela

aprendizagem da língua e da cultura portuguesas;

7) O desejo de utilizar a língua portuguesa dentro e fora do contexto escolar, tomando iniciativas na comunicação em Português e procurando oportunidades para se expor à língua-alvo;

8) O domínio de estratégias adequadas à aprendizagem da língua portuguesa com autonomia, que lhes permita continuar a evoluir ao longo da vida;

9) O gosto pela leitura extensiva em português.

▪ **Conteúdos específicos**

Os conteúdos específicos são constituídos por descritores de desempenho, organizados nos diversos âmbitos de aprendizagem:

A - Compreensão oral;

B - Expressão oral;

C - Compreensão escrita;

D - Expressão escrita;

E - Competência intercultural.

Os descritores definem o que os alunos devem ser capazes de fazer no final deste nível de ensino. A numeração sequencial destina-se apenas a razões de identificação e localização.

O desenvolvimento das competências académicas básicas bem como o estabelecimento de perfis de saída pressupõe uma mudança de paradigma de ensino-aprendizagem do português, relacionado com o tempo referido no currículo, com o conhecimento dos níveis de proficiência numa língua e também com os próprios percursos de aprendizagem dos alunos. Compete ao professor o papel de diagnosticar o conhecimento e uso da língua portuguesa, identificando os níveis de referência dos alunos e propondo uma abordagem comunicativa intercultural baseada em tarefas significativas e diferenciadas.

Considerando os perfis terminais do ensino secundário geral, os alunos no final do ensino secundário complementar devem ter como competências básicas, em português, um conjunto de conhecimentos e saberes, atitudes e valores que lhes permitam compreender e usar a língua portuguesa em situações de comunicação que envolvam a maioria de assuntos pertinentes para o seu quotidiano, a localização de informações em materiais autênticos do dia-a-dia ou necessários ao desenvolvimento dos seus estudos, sendo capazes de produzir uma escrita corrente que é, de modo geral, inteligível, estando conscientes das diferenças mais significativas entre a sua cultura e a cultura da língua-alvo. São capazes também de exprimir opinião sobre assuntos mais abstractos ou culturais (filmes, livros, música, etc.), de acordo com os temas de seu interesse.

Alguns conteúdos foram já abordados anteriormente, mas serão agora explicitados e consolidados.

2.3 Interpretação dos objectivos das exigências das competências académicas básicas da disciplina

As metodologias actuais de ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira pressupõem uma abordagem analítica, holística, que preconiza a integração de diferentes competências no desempenho das tarefas. Nesta perspectiva, o aprendente assume um papel activo e é encorajado a interagir, de acordo com o seu currículo interno, as suas necessidades e capacidades. Prevê-se que as tarefas sejam suficientemente estimulantes e activas, para que o aluno se sinta implicado nas tarefas que deve desempenhar. A centragem no aprendente e a realização de tarefas permitirão o desenvolvimento das competências de compreensão e de expressão oral e escrita.

Competências de Compreensão e de Expressão Oral

O ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira deve orientar-se para a acção, para o saber-fazer, tendo em conta diversos recursos -cognitivos, afectivos, volitivos – e também o conjunto das diversas capacidades que o indivíduo põe em prática como actor social. Pretende-se que o aprendente possa compreender e descrever experiências, eventos, sonhos sobre temas abordados na escola e nos tempos livres.

Competências de Compreensão e de Expressão Escrita

Através de um enquadramento temático apropriado, quer da língua quer à faixa etária, pretende-se que o indivíduo aborde vários tipos de texto, em suportes diversificados e, simultaneamente, explore todos os recursos linguísticos, sócio-linguísticos, pragmáticos e culturais disponíveis, que contribuem para a mensagem do texto.

Competência Intercultural

As competências e saberes em língua portuguesa, a adquirir por parte deste público, não se devem limitar aos conhecimentos linguísticos, devendo contribuir para uma maior cooperação e interacção com os outros, num quadro de autonomia e de responsabilidade em relação às suas aprendizagens e ao seu desempenho nos domínios em que vai actuar (como falante, ouvinte, leitor e escrevente da língua portuguesa), de modo a ser plurilingue e desenvolver a interculturalidade.

2.4 Explicação das exigências das competências académicas básicas no âmbito da disciplina

Importante será notar que a competência comunicativa é entendida como uma macro competência (engloba as competências linguística, sociolinguística e

pragmática), que pode ser compartimentada em competências parciais e que capacita os indivíduos para participarem activamente, por meio do uso da língua, nas interacções sociais. A língua não é concebida fora dos contextos de uso, isto é, a caracterização da proficiência linguística assenta numa descrição dos usos da língua dentro das capacidades (compreensão oral, expressão oral e leitura, compreensão e expressão escrita).

Em termos do ensino-aprendizagem da língua portuguesa no ensino secundário complementar, as exigências das competências académicas básicas são implementadas no sentido de assegurar que os alunos atinjam os níveis de proficiência minimamente exigidos e consigam usar o português em contextos de comunicação e de interacção com os professores, os colegas e outras pessoas.

Para melhor interpretar as competências, apresenta-se um quadro (Quadro I) com os conteúdos específicos das Exigências nos diversos âmbitos de aprendizagem, e exemplos de tarefas possíveis para o seu desenvolvimento.

Descodificação das letras e dos números usados:

- 1) A letra do alfabeto, em maiúscula, indica as exigências das competências académicas básicas dos diferentes âmbitos de aprendizagem, a saber:
A - Compreensão oral; B - Expressão oral; C - Compreensão escrita;
D - Expressão escrita; E - Competência intercultural.
- 2) O número após a letra maiúscula representa o número de ordem das exigências das competências académicas básicas do respectivo âmbito de aprendizagem.

Quadro I

Âmbito de aprendizagem A: Compreensão oral		
Competências	Tarefas	Recursos
<i>A-1 Compreender os tópicos principais de conversas de interesse pessoal nos domínios de comunicação em que o aluno quer actuar;</i>	Ouvir gravações de avisos em aeroportos, rodoviárias, e agir em função do que é ouvido.	Gravações de diferentes textos e em vários contextos.
<i>A-2 Seguir instruções e orientações, relativamente pormenorizadas, sobre tarefas a realizar, desde que estas incidam sobre tópicos conhecidos e significativos para o aluno;</i>	Seguir instruções para organizar, arrumar os livros, relacionados com o ensino em português, para fazer uma pequena biblioteca na sala de aula.	Textos de instruções gravadas para montar um móvel, uma estante; textos gravados com indicações de como se faz determinada tarefa.
<i>A-3 Compreender aspectos essenciais duma narrativa, desde que o tema lhe seja familiar;</i>	Ouvir um conto, compreender a acção e o tempo em que se realiza, o lugar, as personagens, e apresentar as acções que ouve através de mímica.	Contos escolhidos; histórias de Macau; lendas...
<i>A-4 Compreender, na generalidade, exposições sobre temas educativos, do quotidiano ou de interesse pessoal;</i>	Ouvir notícias sobre música, teatro, moda, culinária, desporto, como fonte para exposições orais ou	Vídeos sobre assuntos diversificados

	escritas.	
<i>A-5 Compreender textos orais, relacionados com temas da sua área de interesse, nos domínios em que tem de actuar;</i>	<p>Visitas de estudo em que os alunos ouvem a explicação dos guias;</p> <p>Ouvir exposições sobre ciência, história, tecnologia e preparar, mentalmente, questões, relacionadas com a temática, para serem posteriormente colocadas.</p>	Exposições orais sobre ciência, história e actualidades
<i>A-6 Compreender o assunto principal tratado em passagens curtas de emissões de rádio, gravações áudio ou TV e vídeo sobre temas familiares;</i>	Compreender a mesma temática transmitida em formatos diferentes, e reorganizá-la num dossiê temático para a turma.	Emissões de rádio, vídeos
<i>A-7 Compreender textos narrativos orais relacionados com o imaginário;</i>	Compreender imagens e símbolos, a forma de ver o mundo da cultura-alvo e comparar esses dados com a sua própria cultura (ou outras), tendo em vista a construção dum póster ou dum cenário.	Histórias; superstições, lendas de diversos lugares.
<i>A-8 Compreender textos orais da actualidade, tais como notícias e entrevistas.</i>	Reconhecer no texto ouvido marcas de actualidade (mimetizar o que é ouvido).	Notícias; entrevistas.

Âmbito de aprendizagem B: Expressão oral		
Competências	Tarefas	Recursos
<i>B-1 Falar sobre assuntos conhecidos, numa sequência linear;</i>	Organizar um debate e ser o moderador.	Relatos de experiências.
<i>B-2 Interagir em situações imprevisíveis do quotidiano;</i>	Dar conselhos ou sugestões a alguém para a resolução dum problema numa situação imprevisível do quotidiano.	Relatos de acontecimentos em vários suportes.
<i>B-3 Descrever acontecimentos ou experiências pessoais no presente ou no passado, exprimindo opiniões, sentimentos e emoções como alegria, surpresa, indiferença, amizade e curiosidade;</i>	Recordar a sua infância, falar da sua primeira entrada na escola, da idade que tinha, de como reagiu, se essa reacção foi positiva ou negativa; se ainda hoje é um marco importante na sua vida.	Fotos antigas (ex: da escola, dos amigos...).
<i>B-4 Contar uma história, narrar um livro ou um filme exprimindo a sua opinião ou a de outrem;</i>	Apresentar opiniões sobre um determinado filme (ou outro espetáculo) e convencer os colegas a irem vê-lo.	Filmes, recursos bibliográficos (contos, lendas, romances...).
<i>B-5 Dar informações concretas sobre temas diversificados e conhecidos;</i>	Descrever o seu tempo de infância e expressar opinião sobre a sua experiência passada e a vida actual (casa, transportes, pessoas,	Imagens do presente e do passado em suportes diversificados.

	relação com os pais, relação com a autoridade, desportos, profissões, comunicação entre as pessoas de agora e de antigamente).	
<i>B-6 Pedir informações suplementares e pormenorizadas sobre assuntos concretos e familiares;</i>	Pedir informações sobre cursos que quer frequentar ou modalidades desportivas que quer praticar (para posteriormente tomar decisões).	Brochuras, folhetos, desdobráveis, prospectos.
<i>B-7 Comunicar em tarefas, que impliquem trocas de informação, no presente ou no passado, relativas a viagens e deslocações, projectos e interesses pessoais;</i>	Recolher informações sobre os alimentos com mais açúcar; Fazer uma exposição oral sobre as desvantagens do açúcar nos alimentos; Fazer uma entrevista a um médico/nutricionista sobre este tema ou temas de interesse para a saúde pública e empenhar-se na sua divulgação.	Informações recolhidas na Internet; avisos; documentos áudio.
<i>B-8 Interagir em situações em que expressem planos e desejos para o futuro;</i>	Programar a viagem de finalistas; preparar as perguntas que devem ser feitas aos responsáveis, designadamente: alimentação, tempo meteorológico do lugar a visitar, jardins, parques de diversão, alojamento e transportes.	Mapas, roteiros de agências de viagens.

<i>B-9 Aperfeiçoar a fluência oral, através da participação em dramatizações ou diálogos encenados.</i>	Participar em debates sobre o diálogo observado; fazer exposições sobre o tema das dramatizações.	Textos diversificados.
---	---	------------------------

Âmbito de aprendizagem C: Compreensão escrita		
Competências	Tarefas	Recursos
<i>C-1 Ler e compreender textos dos domínios educativo, privado e público, em que predomine a linguagem corrente e com vocabulário frequente;</i>	Compreender uma mensagem escrita sobre a utilização dum produto e agir em função disso.	Avisos; folhetos publicitários; textos das áreas de estudo; posologia (bula) de medicamentos.
<i>C-2 Identificar o essencial de textos informativos, necessários ou significativos para os alunos, quando acompanhados de elementos paratextuais;</i>	Seleccionar um espectáculo em função da informação lida; compreender a descrição dum local e fazer um mapa.	Folhetos de divulgação de eventos culturais ou outros.
<i>C-3 Localizar informação específica em vários documentos, de acordo com os seus interesses e necessidades;</i>	Pesquisar informação em textos de vários suportes e realizar dossiês temáticos sobre temas da actualidade (ex: <i>Os jovens e a imigração no mundo e em Macau</i>).	Relatórios; textos recolhidos na Internet.
<i>C-4 Compreender e seguir</i>	Compreender instruções para realizar tarefas nas	Instruções de jogos

<i>instruções em qualquer domínio de comunicação, relativas a assuntos conhecidos;</i>	diferentes disciplinas.	sobre a língua portuguesa; posologia (bula) de medicamentos.
<i>C-5 Identificar as personagens, o local e a acção de uma determinada história ou de um evento;</i>	Construir cenários, mapas, esquemas, reorganizar textos sobre a informação ouvida.	Contos; entrevistas (escritas).
<i>C-6 Compreender pequenas narrativas no presente ou no passado;</i>	Comparar diferentes textos no presente e no passado e retirar informação relevante para exposição oral e escrita.	Cartas; histórias do quotidiano; contos.
<i>C-7 Compreender textos nos domínios educativo, privado e público, de acordo com o seu interesse.</i>	Compreender textos e fazer opções, escrevendo sobre a motivação da sua escolha.	Notícias; entrevistas; cartas; anúncios publicados em português; formulários.

Âmbito de aprendizagem D: Expressão escrita		
Competências	Tarefas	Recursos
<i>D-1 Escrever um texto coerente e coeso, no presente ou no passado, sobre experiências, sentimentos, sonhos ou assuntos de interesse pessoal;</i>	Escrever uma carta a uma instituição, falando do seu gosto em desenvolver o estudo sobre a cultura portuguesa, para entrada numa universidade, para obtenção duma bolsa etc.	Cartas; mensagens; modelos de mensagens; formulários.
<i>D-2 Redigir relatórios breves</i>	Redigir memorandos;	Diferentes tipos de

<i>sobre assuntos conhecidos, de acordo com a sua motivação e o seu nível etário;</i>	fazer relatórios, usando as características deste tipo de texto.	relatório.
<i>D-3 Escrever biografias de acordo com a sua motivação e o seu nível etário;</i>	Escrever a sua biografia, fazendo emergir os pontos fortes da sua personalidade; pesquisar e retirar apontamentos sobre a vida e obra de alguém, tendo em vista a realização escrita da sua biografia.	Autobiografias e biografias.
<i>D-4 Preencher formulários e questionários fornecendo alguns dados pessoais, tais como estudos, interesses ou projectos futuros;</i>	Preencher formulários para pedir um subsídio, uma bolsa de estudo, uma viagem; Preencher um impresso para se inscrever num curso de língua portuguesa.	Formulários, impressos, questionários (...).
<i>D-5 Resumir textos literários anteriormente lidos ou ouvidos;</i>	Reconstruir textos, a partir dos textos literários, e justificar as suas opções.	Textos literários.
<i>D-6 Escrever notas e mensagens curtas e simples, sobre assuntos do seu interesse, nos domínios de comunicação em que actua;</i>	Deixar a mesma mensagem a pessoas que se encontram em diferentes domínios sociais, e escrever sobre a sua reacção ou actuação.	Textos diversificados.

<i>D-7 Fazer um pedido ou dar sugestões no domínio educativo;</i>	Fazer um pedido à escola para mudança de sala, dar sugestões para a melhoria do refeitório; escrever sobre as suas necessidades linguísticas.	Diferentes tipos de pedido.
<i>D-8 Escrever opiniões e sugestões sobre assuntos não rotineiros, mas do seu interesse.</i>	Fazer um pequeno plano de poupança económica; escrever sobre os objectivos que pretende realizar durante o ano (fazer mais desporto, estudar mais português, criar algo novo, etc...).	Textos orais e escritos; vídeos; brochuras; folhetos do Banco; livros sobre a poupança.

Âmbito de aprendizagem E: Competência intercultural		
Competências	Tarefas	Recursos
<i>E-1 Comparar as festas e os feriados de Portugal com os de Macau;</i>	Fazer uma exposição fotográfica, e a respectiva legendagem, sobre as festas ou feriados escolhidos.	Fotos; material áudio e vídeo.
<i>E-2 Identificar, com base em textos e suportes diversificados, características principais da geografia de Portugal e da China;</i>	Expor, de forma harmoniosa e estética, algumas regiões de Portugal e da China.	Mapas; vídeos; brochuras; revistas.
<i>E-3 Comparar a vida quotidiana, tempos livres e histórias</i>	Apresentar imagens, antigas e actuais, a toda a	Material fotográfico; vídeos; imagens.

<i>tradicionais de Portugal com os de Macau;</i>	comunidade, de pessoas, costumes e gastronomia de Portugal e de Macau.	
<i>E-4 Relacionar dados do património cultural português com os de outras culturas;</i>	Identificar o significado de 'património cultural' e fazer uma exposição para o público mais jovem.	Textos em vários suportes.
<i>E-5 Conhecer personalidades ilustres portuguesas e outras representadas em Macau.</i>	Exposição fotográfica legendada.	Textos em vários suportes; fotos.

Reflexões no que respeita ao desenvolvimento das competências no âmbito da oralidade:

- A maioria dos jovens que frequenta o ensino secundário complementar conecta-se frequentemente com a Internet. É útil, desde cedo, ser motivado para compreender diferentes géneros de discurso oral, textos autênticos, que contribuam significativamente para o uso de estratégias de compreensão dos textos orais. O professor deve incentivar a aprendizagem autónoma. As necessidades, os gostos dos alunos devem ser também motivação para 'aprender a aprender', e ganhar cada vez mais consciência das estratégias que utiliza para aprender melhor e do tempo que utiliza na aprendizagem da língua. Hoje em dia, já é possível, através da leitura óptica, com *software* adequado, via digital, os alunos trabalharem individualmente.

3. Definição das exigências das competências académicas da escola e sugestões sobre os conteúdos curriculares

A definição das competências académicas da escola traduz-se num exercício de autonomia, consagrado nos vários textos legislativos, respeitantes à reforma curricular em curso. É uma situação nova que contrasta com o quadro centralizado até agora existente. A esta mudança terá de corresponder uma acção mais esclarecida e interveniente por parte dos órgãos directivos da escola e dos professores, a que corresponderá também uma maior responsabilização pela eficácia dos resultados a alcançar.

Na Lei n.º 9/2006 (*Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior*) da RAEM, lê-se, relativamente aos alunos, no Artigo 10.º, “(...) são objectivos do ensino secundário complementar (...) aumentar a compreensão (...) dos domínios técnicos e humanistas, assim como a capacidade de prosseguir com os seus estudos ou de se integrar na vida activa;” (alínea 4)).

O Regulamento Administrativo n.º 10/2015 refere, no número 2 do Artigo 4.º, “as escolas devem assegurar que os alunos alcancem as exigências das competências académicas básicas dos correspondentes níveis de ensino.”

O Regulamento Administrativo n.º 15/2014 (*Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local*) define, no n.º 1 do Artigo 11.º, “No pressuposto do cumprimento do disposto no presente regulamento administrativo e das exigências das competências académicas básicas, as escolas podem desenvolver, autonomamente, os seus próprios currículos e decidir, nomeadamente, sobre (...)” “Os objectivos dos currículos da escola” (alínea 1)); “A estrutura do currículo de cada ano de escolaridade (...), a criação e o horário das disciplinas de cada área de aprendizagem (...)” (alínea 2)); “As exigências das competências académicas que os alunos devem atingir” (alínea 3)).

De acordo com o número 2 do mesmo Artigo 11.º, *“O desenvolvimento curricular realizado pela escola deve valorizar e traduzir os princípios educativos e as características da organização da mesma, bem como responder às necessidades de desenvolvimento dos alunos e da sociedade”*.

O mesmo Regulamento Administrativo n.º 15/2014 define, no número 4 do Artigo 8.º, *“A escola pode, de acordo com as necessidades de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, e atendendo às necessidades de desenvolvimento da Região Administrativa e Especial de Macau:” “Criar uma ou mais disciplinas em cada área de aprendizagem dos ensinos (...) secundário complementar, podendo também criar disciplinas globalizantes das áreas de aprendizagem cruzada ou com conteúdo interdisciplinar, proporcionando aos alunos currículos completos e equilibrados.” (alínea 2))*. Diz-se, no número 5, que *“As escolas ministram no ensino secundário complementar cursos optativos, cujas disciplinas devem ser tão diversificadas quanto possível, podendo incidir sobre a área de línguas, (...)”*. O número 6 refere *“As escolas devem encaminhar, tanto quanto possível, os alunos do ensino secundário complementar para a opção de uma ou mais disciplinas de alguma das áreas referidas no número anterior, de acordo com os seus interesses pessoais e respectivas necessidades futuras de ingresso no ensino superior ou na vida activa, podendo também escolher, em simultâneo, disciplinas de áreas diferentes.”*

A legislação aqui trazida à colação ajuda-nos a reflectir sobre as possibilidades de actuação da escola, quanto à definição das exigências das competências académicas para o ensino da língua portuguesa como segunda língua, consideradas indispensáveis à formação dos seus alunos, que completam a escolaridade obrigatória. As escolas, de acordo com as necessidades de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, em concreto, e atendendo às necessidades de desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau, podem definir, para além das competências básicas, outras competências que integrem um currículo diferenciado, interessante e necessário.

Actualmente, na China interior e na RAEM, verifica-se um grande interesse pelo ensino e a aprendizagem da língua portuguesa. É visível pela procura, cada vez maior, por parte de pais e alunos, de escolas secundárias que oferecem o português no seu currículo escolar próprio, para posteriormente poderem prosseguir os seus estudos, na RAEM ou no exterior, frequentando cursos superiores de/em língua portuguesa ou em que essa língua é essencial. É o caso de cursos como Direito, Tradução, Administração Pública, Língua e Cultura Portuguesa, entre outros.

Órgãos de governo da RAEM, Assembleia Legislativa, Tribunais, elementos dos sectores empresariais e da sociedade civil têm-se pronunciado, publicamente, sobre a carência de profissionais das áreas referidas, incitando a que se criem cursos para suprir essas lacunas.

O Governo definiu as competências académicas básicas para a língua portuguesa como segunda língua, que as escolas devem assegurar ser alcançadas por todos os alunos e que correspondem ao final do nível B1 do *Quadro Europeu Comum de Referência*.

É necessário que as escolas criem condições para que os alunos possam terminar o ensino secundário complementar atingindo plenamente o nível referido a fim de se tornarem, num futuro próximo, profissionais bilingues ou plurilingues, competentes, nas áreas da tradução, do direito, da administração, do ensino ou das relações internacionais.

As competências académicas a adquirir pelos alunos têm como suporte o quadro constante do Mapa anexo IV do Regulamento Administrativo n.º 15/2014, que aqui se reproduz, parcialmente, para análise e reflexão.

Regulamento Administrativo n.º 15/2014
 Mapa anexo IV (reprodução parcial)

**Plano curricular do ensino secundário complementar
 (a que se refere o n.º 7 do artigo 9.º)**

Do 1.º ao 3.º ano

		Áreas de aprendizagem	Disciplinas	Duração das actividades lectivas de cada disciplina (Minuto)	Duração semanal das actividades lectivas (Minuto)	Duração total das actividades lectivas no ensino secundário complementar (Minuto)
Actividades lectivas	Obrigatórias	Línguas e Literatura	Primeira Língua (língua veicular)	18600-26040	1200 a 1720	111600 a 159960
			Segunda Língua	18600-26040		
		Matemática	Matemática	14880-26040		
		Indivíduo, Sociedade e Humanidade	Educação Moral e Cívica	Mínimo:3720		
			Sociedade e Humanidade ⁴	Mínimo:5600		
		Ciências e Tecnologias	Ciências Naturais ⁴	Mínimo:5600		
			Tecnologias de Informação	Mínimo: 3720		
		Educação Física e Saúde	Educação Física e Saúde	Mínimo:7440		
		Artes	Artes	Mínimo:5600		
	Outras disciplinas ⁷			0-48360		
Opcionais⁸	Disciplinas das áreas de línguas, de sociedade e humanidade e de economia		Mínimo : 27840			
	Disciplinas das áreas da Matemática e de ciências naturais					
	Disciplinas das áreas da educação física e de artes					
		Disciplinas da educação orientada para desenvolvimento de aptidões e capacidades				
Actividades extracurriculares				Mínimo de 6240 no ensino secundário complementar		
Outras actividades educativas				Actividades educativas para além das actividades lectivas e das actividades extracurriculares		

4. As escolas podem criar cursos globalizantes de “Sociedade e Humanidade” e “Ciências Naturais” ou cursos com as respectivas disciplinas separadas.
7. Tendo em conta os seus princípios educativos e as respectivas características da organização, bem como as necessidades de desenvolvimento da sociedade e dos alunos, as escolas podem acrescentar uma ou mais disciplinas para além das disciplinas enumeradas no presente mapa anexo, nomeadamente as que traduzam a integração dos conteúdos curriculares e a interacção disciplinar. Estas disciplinas podem estar incluídas numa ou mais áreas de aprendizagem enumeradas no presente mapa anexo, desde que não sejam iguais às disciplinas já enunciadas.
8. Tendo em conta os interesses pessoais dos alunos e as suas necessidades futuras de ingresso no ensino superior ou na vida activa, as escolas podem criar disciplinas das áreas identificadas na coluna de “Opcionais” do presente mapa anexo, ou outras com carácter transversal, para escolha pelos alunos.

Para que os alunos atinjam, de acordo com as suas necessidades, as competências académicas da escola, é necessário mais acompanhamento linguístico e pedagógico, como, por exemplo, a organização de cursos opcionais e livres de língua portuguesa.

A Língua Portuguesa, como segunda língua, pode ser reforçada através de actividades extracurriculares, que desenvolvam a língua e a cultura portuguesas, e de outras disciplinas leccionadas em Português.

Os estudos sobre aquisição/aprendizagem convergem, no sentido de que quanto mais tempo o aprendente dedicar à aprendizagem e mais tempo estiver exposto ao contacto com a língua-alvo, maior será a proficiência linguística. Daí ser importante criar espaços onde os alunos estejam em contacto com a língua portuguesa e desenvolvam a motivação por programas audiovisuais, filmes, portais de Internet bem como outros materiais adequados e actualizados em português.

Será desejável que os professores de línguas (especialmente os de Língua Portuguesa), trabalhem a interdisciplinaridade, incentivando os alunos a realizarem tarefas sobre temas comuns e projectos integrados.

Na elaboração das competências académicas da escola devem estar subjacentes princípios referidos ao longo destas orientações, designadamente a centragem no aluno do ensino secundário complementar; o ensino-aprendizagem da língua baseado em tarefas, numa competência comunicativa, vocacionada para a acção e o desenvolvimento duma aprendizagem reflexiva.

Para atingir as competências académicas básicas de cada âmbito da disciplina de língua portuguesa como segunda língua, o processo de ensino-aprendizagem, para a escolha dos temas a apresentar, deverá ter em conta o grau de motivação e as necessidades do público aprendiz. A construção de tarefas, dependentes de objectivos previamente estabelecidos, constitui um procedimento facilitador da avaliação prática de todo o processo.

A selecção dos temas tem de ser criteriosa e basear-se no conhecimento do público-aprendente, designadamente na sua idade e nas dificuldades que este encontra na aprendizagem da Língua Portuguesa.

Há uma série de assuntos actuais, de interesse, que deverão ser tratados nas aulas de português; por exemplo: temas relacionados com o ambiente (ecologia, poluição, reciclagem), temas relacionados com o turismo (trânsito, comércio, aumento da população, qualidade de vida), tempos livres, eventos festivos e interculturais, datas comemorativas, fenómenos naturais, conservação do património de Macau, relações sociais entre os jovens, entre a escola e a comunidade, saúde física e psicológica.

4. Implementação do currículo

4.1 Teoria básica sobre a implementação do currículo

A partir das últimas décadas do século passado, surgiram movimentos de reflexão e estudo que vieram propor e ensaiar soluções, para garantir o direito de todos a uma melhor educação.

Dada a complexidade de situações e contextos das sociedades modernas, fala-se hoje, de forma consensual, na crescente autonomia das escolas, na gestão descentralizada e diferenciada do currículo, no papel dos professores e nos alunos como centro de acção.

A heterogeneidade verificada na população escolar e o imperativo de termos a melhor educação para todos, entre outros factores, não se compadecem com uma gestão dos currículos centralizada e homogénea.

Definido pelo órgão governativo o que é socialmente necessário à totalidade dos alunos e o que é reconhecido como competências académicas básicas (competências que o aluno do ensino secundário complementar deverá adquirir), as escolas têm em todo o processo uma responsabilidade acrescida. Essa responsabilidade abarca as opções pedagógicas, decisões e estratégias relativas ao currículo na sua concretização, na avaliação e ajustamento, na selecção crítica e/ou na produção de materiais curriculares; na sua globalidade, será um projecto que respeite a história e identidade da sua instituição, em direcção à sociedade do conhecimento que será a sociedade do futuro.

A escola escolhe a sua forma própria de trabalhar, embora num quadro que tem de ser integrado nas suas opções. Como refere o número 1 do Artigo 11.º do Regulamento Administrativo n.º 15/2014, *“No pressuposto do cumprimento do disposto no presente regulamento administrativo e das exigências das competências académicas básicas, as escolas podem desenvolver, autonomamente, os seus próprios currículos (...)”*.

No número 1 do Artigo 23.º da Lei n.º 9/2006 (*Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior*), declara-se que “*A implementação dos currículos deve ser orientada pela elevação do empenho e eficiência na aprendizagem dos alunos e pela promoção da aprendizagem permanente.*”; e, no número 2 do mesmo artigo, “*As escolas devem aspirar ao aperfeiçoamento da sua cultura pedagógica e impulsionar a aprendizagem e o crescimento dos alunos.*”

A elaboração do projecto curricular de escola não será possível sem um sério e empenhado esforço de organização, reflexão e análise, não só por parte do corpo docente, mas, em especial, dos órgãos directivos, de forma colaborativa, implementando-se uma cultura de grupo e de partilha, que receba o apoio e o estímulo dos organismos tutelares.

Assim, esse trabalho deve corresponder a um processo dinâmico que envolve, de forma contínua, a participação de toda a escola. A implementação do currículo deve ser alvo duma constante avaliação por parte de todos os agentes envolvidos no processo, de modo a otimizar os resultados a alcançar pelos alunos.

4.2 Ensino e aprendizagem da disciplina

A aprendizagem do Português como segunda língua não se limita à transmissão de um conjunto de recursos linguísticos, mas também desenvolve no aluno valores como o respeito pelos outros, o espírito de cooperação, a solidariedade e a cidadania.

As estratégias de comunicação em língua portuguesa, desenvolvidas ao longo do processo de ensino-aprendizagem, com base em tarefas, visam criar oportunidades para que o aluno vivencie experiências significativas, diversificadas, integradoras e socializadoras, revelando uma comunicação intercultural adequada à especificidade do contexto.

Através do uso da língua, o aluno terá oportunidade de adquirir e aprofundar uma consciência intercultural, alargando o seu conhecimento do mundo. O professor deverá propor tarefas e projectos diversificados que fomentem o interesse e a motivação dos alunos, no sentido de estes tomarem iniciativas na comunicação em Português, procurando expor-se à língua-alvo.

Dadas as dificuldades que estes alunos têm na oralidade e na escrita, pelo facto de a aprendizagem ser confinada à sala de aula, é importante não só o laboratório de línguas, as actividades e tarefas interculturais, onde participem falantes de língua portuguesa, convívios entre escolas, concursos, fóruns *on-line*, exposições acompanhadas por guias falantes de português, visitas de estudo e outras actividades.

As experiências noutras línguas devem ser valorizadas, designadamente pelo seu registo no *Portfolio das Línguas* para este nível etário. As metodologias actuais de ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira pressupõem uma abordagem holística que integra diferentes competências no desempenho das tarefas.

O aprendente assume um papel activo e é encorajado a interagir de acordo com as suas necessidades e capacidades.

O currículo deve ser adequado “às características etárias dos alunos e às regras do seu desenvolvimento físico e mental”¹. Assim, os temas tratados em língua portuguesa, como segunda língua, devem ser adequados aos interesses e idade do público-alvo, e respectivas necessidades educativas, de forma a que as suas potencialidades possam ser plenamente desenvolvidas.

A experiência de vida dos alunos deverá ser aproveitada, de forma a promover a sua iniciativa de aprendizagem. A integração dos conteúdos curriculares e a interacção disciplinar bem como a articulação curricular entre o ensino secundário complementar e o ensino secundário geral deverão também ser tidos em atenção.

¹ Alínea 3) do número 2 do Artigo 7.º, Regulamento Administrativo n.º 15/2014.

Os alunos devem ser expostos ao máximo de *input* na língua-alvo; a língua materna pode ser usada, apenas, pontualmente pelo professor, para dar instruções ou explicar conceitos difíceis, sendo certo que os conhecimentos já adquiridos anteriormente na sua língua materna podem incentivar a descoberta de outras línguas.

Uma escola, no futuro, pretende-se que seja uma escola plurilingue e pluricultural, onde os alunos possam concretizar os seus projectos e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

4.3 Desenvolvimento, construção e utilização dos recursos curriculares da escola

Actualmente há uma gama variada de recursos humanos e materiais que são facilitadores da aprendizagem das línguas estrangeiras, designadamente da língua portuguesa como segunda língua, permitindo uma maior exposição à língua-alvo, mesmo que essa exposição seja virtual.

São muitos os recursos facilitadores do ensino-aprendizagem duma língua e, geralmente, já muito divulgados: filmes, diapositivos, acetatos, televisão, rádio, CDs, DVDs, cassetes, discos, vídeos, documentários e, ainda, os das novas tecnologias (computador, programas informáticos, Internet, televisão interactiva etc).

Com o recurso às novas tecnologias e à pesquisa de materiais on-line, é possível uma troca de informações mais rápida, sendo a interacção também uma preparação para a realização de tarefas significativas, desta forma, os alunos devem ter acesso a meios como computadores, projectores, vídeos, para apresentarem conteúdos em língua portuguesa que eles próprios pesquisaram (ou criaram). A diversidade dos recursos vai contribuir para que o sistema cognitivo do público funcione a diferentes níveis, nomeadamente aos níveis perceptivo, lexical, gramatical, pragmático e discursivo. Assim, no contexto educativo (sala de aula), o professor deve gerir adequadamente a diversidade linguística e cultural bem como a

heterogeneidade dos alunos, ajudando-os a desenvolverem, de forma global, a competência de comunicação em português. O ensino deve estar mais focalizado na função comunicativa da linguagem, não se concentrando apenas no ensino das regras gramaticais e em exercícios estruturais. No entanto, é importante organizar actividades e tarefas em que o aluno, por si próprio, descubra e domine as regras gramaticais necessárias à compreensão e produção dos textos orais e escritos. O professor poderá dirigir a atenção do aluno para uma estrutura específica da língua, de modo a que seja evidenciada a diferença entre a língua materna e a língua-alvo, o que faz parte do processo de “aprender a aprender” já mencionado. Tarefas e actividades diversificadas fazem com que o aluno desenvolva diferentes capacidades cognitivas, de raciocínio, de memória etc.

O professor, como elemento cooperante e participativo, deve propor actividades e tarefas, em que o aluno, por si próprio, encontre novos saberes e utilize a língua de forma adequada, dominando o vocabulário e as regras gramaticais próprias deste nível de ensino.

Um recurso didáctico fundamental é o *Portfolio Europeu das Línguas*, composto por três partes: *biografia*, *passaporte de língua* (onde os aprendentes resumem experiências linguísticas) e *dossier*, em que colecionam diversificação de tarefas, actividades e exercícios, pois capta e motiva o interesse do aluno pela aprendizagem da língua portuguesa.

4.4 Direcção dos currículos da escola

A Lei n.º 9/2006 (*Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior*), no número 1 do Artigo 22.º, relativo à organização curricular, estabelece que “*O governo define o quadro da organização curricular de cada nível de ensino e estabelece as exigências das competências académicas básicas que os alunos devem atingir, (..)*”.

O Artigo 23.º - *Conteúdo e implementação dos currículos* - da referida Lei, define, no número 1, que *“A implementação dos currículos deve ser orientada pela elevação do empenho e eficiência na aprendizagem dos alunos e pela promoção da aprendizagem permanente.”* e, no número 2, que *“As escolas devem aspirar ao aperfeiçoamento da sua cultura pedagógica e impulsionar a aprendizagem e o crescimento dos alunos.”*

As exigências das competências académicas básicas são o cerne de toda a orientação pedagógica da escola, desde o espaço físico à gestão, à formação dos professores, aos funcionários, aos horários, ao material didáctico, às normas de avaliação e ao relacionamento com as famílias. Em suma, toda a escola tem que se organizar para que os alunos adquiram as competências académicas básicas e outras que ela própria considere distintivas da sua identidade e do contexto em que se insere, bem como dos alunos em concreto. A escola deve ser um local agradável para os alunos e para todos os que nela trabalham.

A escola, ao elaborar e desenvolver o seu projecto curricular, tem em conta as competências académicas básicas e, para além disso, incorpora aquilo que já experimentou com sucesso, aquilo que constitui a sua história, a sua cultura e o que a distingue das outras escolas. Para isso, a direcção conta com o apoio superior, conforme está legislado, e com os seus membros individualmente e organizados nos grupos intermédios como, por exemplo, conselho pedagógico, directores de turma, conselhos de turma, conselhos de grupo.

Toda a escola se deve envolver, de forma entusiástica, sem ninguém se excluir ou se sentir excluído. É necessário esperar, de todos, uma atitude de abertura, empenho e participação e, finalmente, um trabalho efectivo nas estruturas organizativas. Terá de haver uma grande cooperação entre os grupos disciplinares e os conselhos de turma, para se conseguir um trabalho rentável de articulação entre as competências académicas básicas e a organização das sequências pedagógicas, de forma a haver uma optimização do tempo de aprendizagem.

Nesta perspectiva, um dos elementos essenciais é o director de turma. É o detentor deste cargo que melhor conhece os alunos e que deve favorecer as relações entre cada aluno, a turma, os professores, os pais e a própria direcção. O director de turma providenciará um trabalho cooperativo entre a turma e os professores, para que se obtenham as melhores estratégias de ensino e de avaliação. Tem um papel central na gestão pedagógica da instituição, uma vez que é ele que coordena os conselhos de turma, participa no conselho pedagógico, ou nos conselhos de directores de turma (se existirem) e nos conselhos de grupo disciplinar.

Para haver uma efectiva colaboração entre os docentes, a qual está subjacente à implementação de um currículo orientado para o desenvolvimento de competências, é necessária grande participação, empenho e motivação dos professores. Terá de se criar, dentro da escola, uma dinâmica colectiva permanente. A boa organização da escola conduzirá aos bons resultados previstos.

4.5 Desenvolvimento profissional dos professores

No século XXI, o professor de língua portuguesa deve ter uma formação pluridimensional, gerindo múltiplas e novas competências; estas devem ser úteis para a sua vida de ensino. Além de conhecimentos profundos sobre a língua portuguesa deve saber utilizar diferentes recursos e técnicas que possam motivar para a aprendizagem e para o uso real da língua.

O professor de português segunda língua é um profissional em formação contínua, um actor social, não só para acompanhar a constante mudança do mundo, como também para ele próprio intervir nessa mudança.

Para além do conhecimento científico, o professor tem de investir no conhecimento pedagógico, na investigação da sua prática profissional, no modo de implementação do currículo, no funcionamento das organizações e na avaliação do processo em que cabe, por inerência, a avaliação dos alunos. A reflexão sobre tudo isto revela-se fundamental para a implementação e gestão de um currículo aberto,

diferenciado e participativo. Indispensável é, igualmente, conhecer e assimilar toda a legislação pertinente.

O professor terá uma atitude dinâmica perante o acto de ensinar; o seu saber constrói-se e reconstrói-se, de acordo com a prática e as necessidades dos alunos. Os problemas encontrados não podem ser resolvidos apenas com os saberes teóricos, embora estes sejam indispensáveis para trazerem luz à reflexão sobre a realidade.

O fundamental da formação tem que ser realizado a nível interno sob a forma de um processo auto e inter-formativo. É indispensável que essa formação seja complementada com o apoio de especialistas que proporcionem formações específicas. Os professores deverão aproveitar, ao máximo, os planos de formação que existem. As experiências bem sucedidas tal como os trabalhos de investigação devem ser divulgados, postos ao serviço de toda a comunidade, em comunicações, entrevistas ou publicações.

4.6 Exemplos da escola

Cabe aos professores a organização de sequências e unidades didáticas que se adequem quer aos contextos geral e específico quer ao perfil do público-alvo.

Sugere-se:

- a organização de tarefas motivadoras para a aprendizagem da língua;
- a organização do trabalho (pares, grupo, turma), de modo a estabelecer e/ou reforçar atitudes de auto-estima, autonomia e auto-confiança;
- a utilização de portfólios para o ensino-aprendizagem do português no Ensino Secundário Complementar;
- a promoção da auto-avaliação, no sentido de consciencializar os alunos pelo seu processo de aprendizagem.

Exemplifica-se, no quadro seguinte (*Quadro Exemplo*), um possível roteiro para

uma sequência do desenvolvimento das competências na produção escrita. O quadro poderá ter outros conteúdos, outros recursos e descrever as formas de avaliação adequadas ao público-aprendente.

Quadro Exemplo

Competências - Produção Escrita	Conteúdo Temático		Conteúdo comunicativo/ conteúdo lexical	Conteúdo comunicativo / conteúdo Gramatical	Tarefa (s)	Recursos
						Avaliação
D-3 Escrever biografias de acordo com a sua motivação e o seu nível etário;	A vida dum atleta (ex: um jogador de futebol)	Biografia (exemplo): "Cristiano Ronaldo dos Santos Aveiro (1985) nasceu na cidade de Funchal, na Ilha da Madeira, Portugal, no dia 05 de fevereiro de 1985. Começou a jogar no CF Andorinha, na Madeira. Despertou o interesse dos dois maiores clubes da Madeira. No ano de 1995, foi contratado pelo Nacional." https://www.ebiografia.com/cristiano_ronaldo/	- <i>Despertar o interesse</i> - <i>Ser contratado</i> - <i>Começar a jogar</i>	Voz passiva: "Foi contratado pelo Nacional." Começar a + infinitivo (valor aspectual)	Fazer a biografia de alguém que admire	Textos modelo a partir de: - Artigos de imprensa - textos de sítios da Internet - textos da rádio, televisão, de filmes - histórias de vida

O professor deve continuar a interação com os professores de outras disciplinas.

O professor de português pode coordenar tópicos temáticos com matérias já conhecidas ou existentes noutras disciplinas, favorecendo, assim, uma abordagem holística da aprendizagem. A língua deve ajudar a *aprender a aprender*, graças às

estratégias cognitivas de acompanhamento. O professor deve procurar estabelecer ligações entre a(s) língua(s) que o aluno já possui e a língua que está a aprender.

É fundamental o aluno entender que a aprendizagem da língua tem uma efectiva utilidade fora do espaço da aula, quer em termos linguísticos quer em termos comportamentais, nas relações que este possa estabelecer com o Outro.

Julga-se primordial o professor criar uma relação de cooperação com o aluno, uma vez que estudos longitudinais demonstram que as ligações estabelecidas entre o professor e o aluno e o próprio contexto de ensino são determinantes na motivação e influenciam o conseqüente sucesso/insucesso ao longo do processo de ensino-aprendizagem. O professor deve levar a cabo tarefas que permitam estimular a curiosidade e o interesse pela língua, estabelecendo objectivos claros e concretizáveis, tendo sempre em conta o nível cognitivo e linguístico do aluno. A motivação do aprendente traduz-se, na maioria das vezes, na participação activa durante a aula; para que tal aconteça, é necessário que o professor desenvolva actividades diversificadas, procurando variar os materiais e os recursos educativos.

O professor deve procurar compensar as capacidades comunicativas dos alunos. As atitudes, o espírito de cooperação e de interacção com os colegas são aspectos que poderão contribuir para que todos se sintam de alguma forma incentivados e mantenham o interesse pela aula de língua portuguesa.

As informações ou *feedback* positivo ajudam a gratificar o empenho e o esforço do aluno, sendo essenciais para nortear o progresso no desenvolvimento da proficiência.

De modo a melhor gerir as diferenças individuais e reforçar a dinâmica de grupo, o professor pode aproveitar o facto de uns alunos terem mais conhecimentos que outros para levar os primeiros a explicar a matéria aos segundos, minimizando situações de desinteresse, procurando sempre um maior envolvimento dos alunos no processo de ensino-aprendizagem do português.

5. Avaliação curricular

5.1 Objectivos da Avaliação

Avaliar é um conceito pluri-significativo que visa atestar e confirmar a aquisição de competências. Na área da educação, são múltiplos os vocábulos ligados à avaliação.

A avaliação curricular é uma tarefa complexa que engloba o cruzamento de diversos factores e ultrapassa os resultados dos exames ou dos testes dos alunos e pode ser vista de diversos ângulos conforme o modelo seguido. Alunos, professores, pais e comunidade devem trabalhar em conjunto de forma a identificar problemas e encontrar as melhores soluções para os resolver.

Quanto à avaliação curricular, e de acordo com o número 1 do Artigo 51.º da Lei nº 9/2006 (*Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior*) “O sistema educativo deve ser objecto de avaliação sistemática, a fim de assegurar o desenvolvimento contínuo da educação e a melhoria da qualidade educativa na RAEM”.

Segundo o número 1 do Artigo 14.º do Regulamento Administrativo n.º 15/2014, relativo a “Avaliação dos currículos escolares”, “A avaliação dos currículos escolares tem as seguintes finalidades:

1) *Verificar a razoabilidade da elaboração dos currículos e a eficácia da sua gestão, no sentido de promover o desenvolvimento dos currículos escolares e elevar a qualidade curricular dos docentes;*

2) *Verificar a eficácia da execução dos currículos e da aprendizagem dos alunos, no sentido de elevar a qualidade pedagógica.”*

Num paradigma curricular orientado por competências, as escolas têm de cooperar, de forma activa, para que os alunos adquiram as competências académicas básicas previstas para este nível de ensino. Juntamente com o professor, devem ser

criados ambientes atractivos, com actividades diversificadas e inovadoras, motivadoras dum ensino e duma aprendizagem significativos.

Um dos principais objectivos da avaliação das escolas é a identificação de problemas e a sua superação, contribuindo para as alterações do paradigma educativo proposto e, conseqüentemente, para a melhoria do ensino-aprendizagem da língua portuguesa. A avaliação das escolas é um acto complexo que pode envolver a observação de factores como o contexto social e escolar, a escola e a gestão escolar, os professores, os alunos, as aulas, os recursos etc.

Para a avaliação da Escola, deve ser tomada em consideração a avaliação dos currículos escolares (os quais têm por base o quadro curricular e as exigências das competências académicas básicas dos respectivos níveis de ensino. (Cf. Artigo 14º, Regulamento Administrativo n.º 15/2014).

5.2 Princípios básicos que devem ser seguidos na avaliação

Conforme a legislação vigente, as escolas além de poderem realizar, autonomamente, os seus próprios currículos, podem desenvolver normas de avaliação dos currículos: *“A avaliação dos currículos escolares é realizada através de avaliações internas desenvolvidas pela própria escola, bem como de avaliações externas realizadas por entidades exteriores à escola”* (Regulamento Administrativo n.º 15/2014, Artigo 14.º, número 3).

As avaliações acima referidas relacionam-se, também, com o plano das aprendizagens e há que avaliar o seu contributo para a qualidade da aprendizagem dos alunos.

Tendo como ponto de partida a centragem no aluno, a avaliação deve ser essencialmente formativa e contínua, sendo também incentivada a auto-avaliação em relação às competências, atitudes, capacidades e saberes desenvolvidos pelo aluno. *“A avaliação passa a ter uma importante função pedagógica, de ajuda, de reflexão, de tomada de decisão.”* (Barreira, Boavida e Araújo:2006)

5.3 Estratégias e metodologia da avaliação da disciplina

Nos dias de hoje, o termo avaliação é recorrente em todos os aspectos da nossa vida, tornando-se uma actividade indispensável.

Para o ensino-aprendizagem dum língua, a avaliação diagnóstica é fundamental, não só no início para identificar os níveis de referência dos aprendentes, mas noutras fases em que é necessário detectar dificuldades e repensar estratégias. A avaliação formativa é também fundamental, principalmente quando a sua prática é acompanhada dum *feedback* útil, que ajude os alunos a evoluir e a ultrapassarem as dificuldades na aprendizagem.

Na legislação de Macau², estão previstas as seguintes formas de avaliação:

- Avaliação formativa;
- Avaliação sumativa;
- Avaliação especializada;
- Avaliação aferida.

A avaliação formativa é, sobretudo, processual e destina-se, principalmente, a melhorar a aprendizagem, o que implica uma maior cooperação entre o professor e o aluno no sentido de este último ser guiado através de estratégias, tarefas, recursos (...) para superar as suas próprias dificuldades.

A avaliação sumativa é realizada, geralmente, no final de um período, sendo o seu resultado resumido numa nota. *“Não constitui necessariamente uma avaliação de proficiência. Na verdade, muita da avaliação sumativa é uma avaliação de resultados de acordo com uma norma ou uma meta estabelecida”*. (Conselho da Europa, 2001:255)

A avaliação especializada ocorre, geralmente, ligada a públicos com necessidades especiais e que exigem apoio especializado.

² Artigo 25.º, *Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior*.

A avaliação aferida não tem efeitos na classificação ou na progressão escolar dos alunos; destina-se a controlar a qualidade do ensino e avaliar as aprendizagens escolares, a fim de se adoptarem medidas de política educativa que melhor se adequem.

A avaliação contínua é levada a cabo pelo professor e centra-se nos trabalhos realizados pelo aprendente ao longo do seu percurso de aprendizagem.

O Quadro Europeu Comum de Referência (QEQR), documento de orientação para o estabelecimento de linhas de orientação curriculares, elaboração de programas e manuais, para a avaliação de uma língua (não materna), define níveis de proficiência que permitem medir os progressos dos alunos em todas as suas etapas de aprendizagem. Num mundo em que a mobilidade é uma constante, a utilização do *Quadro* já ultrapassou as fronteiras europeias, sendo o seu conhecimento já uma realidade na China continental, existindo, há vários anos, a sua tradução e consequente divulgação em língua chinesa. Assim, para proceder à avaliação dos alunos em línguas, sugerem-se as escalas dos descritores do Quadro como ponto de partida para a ponderação dos critérios a utilizar na avaliação.

O aluno do Ensino Secundário Complementar deve desenvolver uma proficiência em língua portuguesa correspondente ao final do nível descrito no *Quadro Europeu* como B1 (Limiar), o que significa que é capaz de realizar todas as competências expressas em A1 e em A2, e que a sua proficiência (B1) ultrapassa largamente os níveis anteriores.

Deve ser incentivada a auto-avaliação, para que o aluno tome conhecimento das competências, capacidades e estratégias que tem de desenvolver para atingir o nível de proficiência B1. De igual modo, o teste diagnóstico deve estar presente em todo o processo de aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua.

Os alunos devem tomar conhecimento das competências básicas, mínimas, que lhes são exigidas em Português, base necessária para ultrapassar (com o apoio do professor) possíveis dificuldades que venha a sentir. Para conhecimento dos

professores, alunos e comunidade envolvida na avaliação, é de realçar que os descritores do *Quadro* não só apresentam o que os aprendentes são capazes de fazer, mas também com que qualidade o devem fazer.

Tendo em conta a avaliação contínua e o nível de proficiência a atingir, podem ser usadas listas de verificação e grelhas. Por exemplo, os descritores das competências das exigências básicas devem ser utilizados para verificar as capacidades dos alunos em português.

A avaliação contínua pode abranger vários instrumentos como portfólios, inquéritos, entrevistas, exercícios de escolha múltipla, testes.

É importante que, através da auto-avaliação, os alunos tomem consciência do seu próprio processo de aprendizagem para *organizarem e planearem a sua aprendizagem e para informarem outros sobre a sua capacidade para comunicar nas línguas em que não houve uma aprendizagem formal, mas que contribuíram para o seu desenvolvimento plurilingue.* (Conselho da Europa, 2001:43)

A aplicação da avaliação formativa nas actividades/tarefas realizadas diariamente é favorável à compreensão do progresso dos alunos de forma oportuna e precisa. No processo de aprendizagem, a tomada de consciência do ponto em que se encontra, e do que necessita de fazer para atingir o nível pretendido, é vital para o sucesso educativo.

Conforme o público-aprendente, além das competências básicas, os professores podem desenvolver outras, sugerindo-se que usem os descritores do nível B1 do Quadro Europeu.

5.4 Exemplos da escola

Tarefas para testar as capacidades de proficiência dos alunos do nível B1 (sugestões)

Os alunos podem:

- a) Organizar um debate sobre um tema de interesse para a escola (apresentar as razões da necessidade de desenvolver determinado tema);
- b) Tomar notas de assuntos de interesse pessoal e transmiti-las aos colegas;
- c) Pesquisar imagens sobre determinados fenómenos (do seu interesse) e legendá-las para exposição ou apresentação de póster;
- d) Escrever e contar histórias aos mais novos, sobre um livro ou um filme, defendendo um ponto de vista;
- e) Realizar um concurso de textos biográficos;
- f) Planear uma viagem, descrevendo o que terá mais interesse;
- g) Realizar uma breve apresentação oral sobre os produtos mais representativos das culturas portuguesa e chinesa;
- h) Fazer textos publicitários ou outros para divulgação de actividades ligadas à escola e às diversas culturas nela presente;
- i) Participar em concursos sobre conhecimento gramatical, poesia ou outro;
- j) Organizar uma brochura com os recursos gramaticais aprendidos (nomes, verbos, adjectivos, advérbios);
- k) Pesquisar e organizar uma brochura com informações sobre saídas profissionais.

6. Recursos curriculares

6.1 Recursos educativos (em linha)

- Aulas B1 – Ciber Cursos da Língua Portuguesa
<http://www.cibercursoslp.com/Files/B1%20-%20Aula%201%20a%2020-2.pdf>
- 10 conselhos – Ciber Cursos da Língua Portuguesa
<http://www.cibercursoslp.com/?action=destaques&id=67>
- A Pronúncia do Português Europeu
http://cvc.instituto-camoes.pt/cpp/acessibilidade/capitulo2_1.html
- Ciberdúvidas da Língua Portuguesa
<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/>
- Português para Falantes de Outras Línguas (A2/B2)
<http://www.dge.mec.pt/portugues-para-falantes-de-outras-linguas-0>
- Portefólio Europeu de Línguas (Ensino Básico/Ensino Secundário)
<http://www.dge.mec.pt/portefolio-europeu-de-linguas>
- QuaREPE (Quadro de Referência para o Ensino Português no Estrangeiro)
<http://old.instituto-camoes.pt/epe-inscricoes/quarepe>
- ICA (Instituto do Cinema e do Audiovisual)
<http://www.ica-ip.pt/pt/>
- Biografia. Características da biografia - Português
<http://portugues.uol.com.br/redacao/biografia.html>
- Portugueses no Mundo
<https://www.rtp.pt/play/p518/portugueses-no-mundo>
- Os Grandes Portugueses – Entrevistas de rua
https://www.youtube.com/watch?v=6A_GGrXt1qU
- Vida de Camões
https://www.youtube.com/watch?v=L9QMyhZ_-0I
- Ciência Divertida
<http://www.cienciadivertida.pt/>

- Como Fazer Bacalhau à Gomes de Sá, O Legítimo
<https://www.youtube.com/watch?v=c2upmS56til>
- Maravilhas de Portugal
<https://www.youtube.com/watch?v=demngOTM1BI>
- Lugares e Encantos de Portugal
<https://www.youtube.com/watch?v=J-VQtqIQmrI>
- Visite Cascais, Portugal
<https://www.youtube.com/watch?v=XTkYNSqRrkA>
- Jardim Zoológico de Lisboa
<http://www.zoo.pt/site/>
- Rádio On-line
<http://portuguese.cri.cn/>
- Natal: Desenhos, Receitas, Mensagens ...
<http://natal.com.pt/>
http://natalnatal.no.sapo.pt/musicas_natal.htm
- *Morangos com Açúcar* – Temporada 1 – Episódio 6
<https://www.youtube.com/watch?v=db4EBkPY1jk>
- Salvador Martinha – Os Vários Tipos de Viajantes
<https://www.youtube.com/watch?v=fgEOmPmzN3k>
- Panda e Os Caricas – *Baile Olímpico*
<https://www.youtube.com/watch?v=9sBCCKf3iIo>
- Vários – *Alecrim Aos Molhos*
<https://www.youtube.com/watch?v=2CW6-vhf3cA>
- Vitorino - *Menina estás à janela*
https://www.youtube.com/watch?v=UWqgvwcVp_k
- Vitorino - *Ó rama, ó que linda rama*
<https://www.youtube.com/watch?v=AtQxqJH-mRk>
- Música Tradicional Portuguesa
<https://www.youtube.com/watch?v=3igYaYbJOww>
- Vitorino & Janita Salomé - *Rouxinol repenica o cante*
https://www.youtube.com/watch?v=5V_rWBogHrw&list=PLYmwFR_XLSpb51jb3hCa3fiMR56bSP_xY

- Carlos do Carmo - *Lisboa menina e moça*
<https://www.youtube.com/watch?v=wqTDE4uFzq8&list=RDEMaTeEmY2chHoLjXluJrQPw>
- Deolinda - *Seja Agora*
https://www.youtube.com/watch?v=pjACOG_loM0&list=RDEM60ISO1t0pxDTeL6Q_rGow

6.2 Dicionários ilustrados

- 叶思源&叶丽(Ye, Siyuan & Ye, Li) (2014). *汉葡葡汉生活常用词分类词典 (Dicionário Classificador Chinês-Português e Português-Chinês de Termos Usuais em Vida)*, 世界图书出版社
- Maia, Armandina; Borges, Beatriz; 尚恩. (2011). *葡萄牙语主题分类图解词典 (Dicionário Visual Português)*, 北京语言大学出版社
- 贾文波&车玉平(Jia, wenbo & Che, Yuping). (2013). *葡英汉图解词典 (Dicionário Visual Português-Inglês-Chinês)*. 外语教学与研究出版社

6.3 Leitura extensiva

- 凌稜. (1991). *有情天地*. 星光出版社.
Ling Ling. (2015). **Amores do Céu e da Terra, Contos de Macau**. Tradução de Fernanda Dias e de Stella Lee. Instituto Cultural de Macau.
- Deolinda da Conceição. (1987). **Cheong - Sam (A Cabaia)**. Instituto Cultural De Macau.
江道蓮. (1999). *長衫*. 金國平譯. 中國文聯出版社.
- **Antologia do Conto Popular**. (1999). Macau: Instituto Cultural de Macau, Instituto Português do Oriente, Hai Nan: Editora de Hai Nan, Editora San Huan.
葡萄牙民間故事選. (1999). 黃徽憲譯. 澳門: 澳門文化司署: 東方葡萄牙學會; 海南: 海南出版社: 三環.

- Celina Veiga de Oliveira. (1995). **Camões, Sabes Quem é?** Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
何思靈. (1995). **賈梅士的故事**. 紀念葡萄牙發現事業澳門地區委員會

Análise dos conceitos básicos (breve glossário)

Competências comunicativas em língua: Para os conceitos que referimos, seguimos o *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*, assim as *competências comunicativas em língua* são aquelas que permitem a um indivíduo agir utilizando especificamente meios linguísticos. (*Conselho da Europa, 2001: 29*)

Competência plurilingue e pluricultural: A *competência plurilingue e pluricultural* é a capacidade para utilizar as línguas para comunicar na interação cultural, na qual o indivíduo, na sua qualidade de actor social, possui proficiência em várias línguas, em diferentes níveis, bem como experiência de várias culturas. (*Conselho da Europa, 2001:231*)

Currículo escolar: O *currículo escolar* é, em todas as circunstâncias, um conjunto de aprendizagens, as consideradas necessárias pela sociedade num dado espaço e tempo, que cabe à escola garantir e organizar. Cf.Roldão (1999)

Portefólio Europeu de Línguas: “Como instrumento de aplicação dos princípios do QECR, o Conselho da Europa concebeu o **Portefólio Europeu de Línguas [PEL]**, documento de auto-avaliação, que permite ao aprendente fazer a auto-regulação das suas aprendizagens, sejam adquiridas em contexto formal ou não formal, e registar todas as experiências linguísticas e interculturais”.

<http://www.dge.mec.pt/portefolio-europeu-de-linguas> (Data de consulta: 27/03/2017)

Tarefa: Uma *tarefa* é definida como qualquer acção com uma finalidade considerada necessária pelo indivíduo para atingir um dado resultado no contexto da resolução de um problema, do cumprimento de uma obrigação ou da realização de um objectivo. (*Conselho da Europa, 2001: 30*).

Referências bibliográficas

- Barreira, C; Boavida, J. e Araújo N. (2006). Avaliação formativa. Novas formas de ensinar e aprender in Revista Portuguesa de Pedagogia.
Disponível em: *cf.* [http://iduc.uc.pt/index.php/rppedagogia/article/view/1171.95-](http://iduc.uc.pt/index.php/rppedagogia/article/view/1171.95)
- Conselho da Europa (2001). *Quadro europeu comum de referência para as línguas-Aprendizagem, ensino, avaliação*. Lisboa: Edições ASA.
- Grosso, M. José (coord.) (2011). *Português Língua Estrangeira – conteúdos de aprendizagem por níveis de referência* (documento policopiado).
- Grosso, M. José *et al.* (2011). *Quadro de Referência para o Ensino Português no Estrangeiro, Documento Orientador*. Lisboa:DGIDC. Ministério da Educação.
http://www.dgdc.min-edu.pt/fichdown/Quadro_de_Referencia.pdf
(Data de consulta: 24/03/2011)
- Grosso, M. José *et al.* (2012). *Quadro de Referência para o Ensino Português no Estrangeiro, Tarefas, Actividades, Exercícios e Recursos para a Avaliação*. Lisboa: DGIDC. Ministério da Educação.
http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/stories/EPE_incricoes_2011_2012/quarepe/.manual_quarepe_tarefas_versao_final_janeiro_2012.pdf
- Han Ban / Confucius Institute Headquarters (2010). *Curriculum Internacional para o Ensino da Língua Chinesa*. Beijing: Foreign Language Teaching and Research Press.
- Hinkel, Eli (ed.) (2011). *Handbook of research in second language teaching and learning, volume II*. New York/London: Routledge.
- Long, Michael (2014). *Second language acquisition and task-based language teaching*. Wiley-Blackwell.
- Martins, Guilherme d'Oliveira *et al.* (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Editor: Ministério da Educação de Portugal.
- Mateus, M. H. M. e Solla, L. (Coord). (2013). *Ensino do Português como Língua*

Não Materna: Estratégias, Materiais e Formação. Lisboa: FCG.

- McKenney & Reeves (2012). *Conducting Educational Design Research*. New York/London: Routledge.
- Ministério de Educação da República Popular da China (2011). *Currículo de Inglês do Ensino Básico e Secundário*.
- Perrenoud, Philippe. (1999). *Construir as Competências desde a Escola*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Roldão, Maria do Céu (1999). *Gestão Curricular - Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Roldão, Maria do Céu (2008). *Gestão do currículo e avaliação de competências*. Lisboa: Editorial Presença.
- Tomlinson, Brian (ed.) (2013). *Developing materials for language teaching* (2nd ed.). London/New York: Bloomsbury Academic.

Referências legislativas

- Lei N.º 9/2006 (*Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior*).
- Lei N.º 12/10 (*Regime das Carreiras dos Docentes e Auxiliares de ensino das Escolas Oficiais do Ensino não Superior*).
- Lei N.º3/2012 (*Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino não superior*).
- Regulamento Administrativo N.º15/2014 (*Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local*).
- Regulamento Administrativo N.º 10/2015 (*Exigências das competências académicas básicas da educação regular do regime escolar local*).
- Despacho do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura n.º19/2016 (*Aprova os conteúdos específicos das exigências das competências académicas básicas do ensino primário*).

- Despacho do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura n.º56/2017 (*Define os conteúdos específicos das exigências das competências académicas básicas do ensino secundário geral*).
- Despacho do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura n.º55/2017 (*Define os conteúdos específicos das exigências das competências académicas básicas do ensino secundário complementar*).

Constituição da equipa de estudo e elaboração do documento

Professora Doutora Maria José Grosso

Professora Associada da Universidade de Lisboa e, desde 2012, também da Universidade de Macau, com doutoramento em Linguística Aplicada e extensíssimo currículo na área do ensino e aprendizagem da língua portuguesa como língua segunda e língua estrangeira em Macau, China e Portugal, bem como noutros países, a Doutora Maria José Grosso tem colaborado com a DSEJ na elaboração das exigências das competências académicas básicas de língua portuguesa, de todos os níveis de ensino, nomeadamente como coordenadora-redactora das equipas que se encontram a desenvolver os documentos curriculares relativos à língua portuguesa como segunda língua.

Professor Doutor Yao Jing Ming

Professor Associado da Universidade de Macau e, actualmente, Director do Departamento de Português, da Faculdade de Letras da Universidade de Macau, com doutoramento em Literatura Comparada e Literatura do Mundo pela Universidade Fudan em Xangai, o Doutor Yao Jing Ming é possuidor de uma vasta experiência de ensino em Macau, onde, há vários anos, lecciona áreas como Teoria da Tradução Literária, Tradução Português-Chinês, Tópicos de Assuntos Culturais em Tradução, a que acresce a sua diversificada experiência profissional como tradutor, crítico literário e poeta. Tem recebido vários prémios em Portugal e na China pelas actividades desenvolvidas.

Mestre Maria Marques Farinha Simões

Mestre em estudos Luso-Asiáticos, variante de Linguística do português, possui uma vasta experiência como docente dos ensinos primário, secundário e profissional,

tendo exercido funções na área de ensino e de gestão, bem como de administração escolar, em Macau e em Portugal, ao longo de mais de 40 anos. A Mestre Maria Simões tem colaborado com a DSEJ em diversos projectos, nomeadamente na elaboração de documentos relativos à reforma curricular da língua portuguesa como segunda língua.

Professora Doutora Zhang Jing

Doutorada em Linguística pela Universidade de Macau e docente do Departamento de Português da mesma universidade desde 2003, a Doutora Zhang Jing é possuidora de uma vasta experiência de ensino em Macau, tendo colaborado com a DSEJ em vários projectos relacionados com a língua portuguesa como segunda língua e com as exigências das competências académicas básicas da mesma área.

Anexos

Anexo 1 - Documento de apoio à elaboração duma progressão

Para o preenchimento deste quadro (Q1), sugerimos a consulta dos pontos 2.4, 4.2 e 4.3 deste documento.

A primeira secção do quadro deve ser preenchida, no início do ano lectivo, com alguns elementos de caracterização da turma. Nas segunda, terceira e quarta secções deve registar-se a programação dos materiais a utilizar e das acções e tarefas mais significativas que se pretende virem a ser implementadas ao longo dos três anos. Esses elementos serão validados (no sentido de concretizados/não concretizados) no final de cada ano lectivo para servirem de referência a possíveis correcções nos anos seguintes.

No Quadro I (ponto 2.4), apresentam-se exemplos de tarefas e recursos para os conteúdos específicos das várias competências, que constituem sugestões para a planificação do trabalho pedagógico a desenvolver nos três anos do ensino complementar, de modo a que os alunos adquiram, no final, as competências académicas básicas.

A existência dum quadro deste tipo permitirá, através duma visão global, incluir a maior diversidade de materiais pedagógicos, de suportes visuais e auditivos de que possamos dispor.

No ponto 4.2 (*Ensino e aprendizagem da disciplina*), encontram-se anotados exemplos de tarefas que remetem para experiências significativas, diversificadas, motivadoras, integradoras e socializadoras necessárias para fomentar o interesse pela aprendizagem.

**Percurso dum turma
em língua portuguesa como segunda língua
do SC1 ao SC3**

Escola :

Q1. Percurso da turma

SC1	SC2	SC3
Ano lectivo	Ano lectivo	Ano lectivo
Horário semanal	Horário semanal	Horário semanal
Nome do Professor	Nome do Professor	Nome do Professor

Principais suportes utilizados (DVD, CD, CD-Rom, imagens, filmes...)

SC1	SC2	SC3
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Alguns jogos, canções, poemas, filmes, debates, textos escritos e orais...

SC1	SC2	SC3
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Actividades interculturais

	SC1	SC2	SC3
Visitas de estudo			
Visitas de convidados à escola/sala			
Correspondência electrónica			
Correspondência escolar			
Videoconferência/ Sessões <i>Skype</i>			
Projectos comuns com outra(s) escola(s)			
Visionamento de filmes e debate			

Anexo 2 - Proposta para a Produção escrita – Conteúdos Gramaticais

A abordagem dos conteúdos gramaticais deverá fazer parte da planificação das tarefas pedagógicas, de forma explícita, embora surja naturalmente por necessidade de concretização das tarefas. Por exemplo, para estudar a frase imperativa poderá pedir-se aos alunos que recolham anúncios diversificados e, a partir daí, será trabalhado este item. De forma implícita serão, de modo permanente, repetidas estruturas mais complexas e corrigidos erros que surjam.

- Pretérito perfeito e imperfeito do indicativo
- Infinitivo pessoal e impessoal
- Frase passiva (estrutura e significado)
- Frase imperativa (uso do infinitivo e do imperativo)
- Imperativo (Afirmativo/negativo)
- Uso do futuro do indicativo (probabilidade)
- Pronomes pessoais Forma de Complemento
- Pronomes possessivos
- Pronomes demonstrativos
- Pronomes indefinidos
- Pronomes relativos
- Preposições e advérbios de tempo: Localização no tempo
- Preposições e advérbios de lugar: Localização no espaço
- Uso do conjuntivo (com verbos que expressam vontade, desejo, sentimento, ordem, pedido..., com *talvez, oxalá, é possível que...*)
- Frases condicionais